

Camisa-de-Força

Educação

Num país como o nosso, onde a dimensão do futuro é quase uma obsessão e um eterno ponto de referência, a educação — que seria a mola para o salto qualitativo — é sempre deixada para trás, não é pensada seriamente.

Com isto, geram-se todas as distorções. Conversando com empresários, por exemplo, o Ministro da Fazenda coloca a educação na linha de frente da crise do funcionalismo, mencionando universidades que concederam aumentos de até 2.000% a seus professores, ou caso específico de uma universidade (pública) que aumentou de 3 para 203 o número de seus assistentes jurídicos. São fenômenos ocorridos no ensino oficial, o que indicaria que o ensino oficial, comandado de Brasília, não vai bem.

Isso não impede que parta em direção a Brasília (com apoio, segundo se informa, do próprio MEC) uma caravana de pais de alunos para pedir que o MEC volte a controlar rigidamente as mensalidades das escolas particulares de 1º e 2º grau. Isto é, num país onde a rede oficial de ensino é considerada uma falência, os pais de alunos querem ainda mais tutela oficial sobre o ensino.

A contradição é tão chocante que está explodindo por todo lado. O importante simpósio realizado em Santa Catarina pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) deixou bem visível o fato de que, também na educação, o país sufoca pelo excesso de centralismo estatista. E a característica perversa desse centralismo é que, querendo dirigir tudo, não cumpre com seus deveres básicos — sendo um deles a educação fundamental gratuita.

Com todas as suas distorções, as universidades públicas ainda são, em alguns casos, as que oferecem melhor ensino, ou melhores condições de pesquisa. Essas universidades, como se sabe, têm suas vagas ocupadas, em grande maioria, por alunos de classe média que estudaram em boas escolas

particulares. É outra contradição gritante; e chegaram a surgir, em Santa Catarina, propostas estapafúrdias, como a de que só poderia frequentar a universidade pública (gratuita) quem viesse de escolas públicas. Também se propôs acabar com qualquer subsídio do Estado à escola particular — outra proposta radical que não toca nas raízes do problema, e enfraqueceria o sistema educacional.

A educação brasileira — até pela sua taxa de fracassos — está madura para uma reformulação inteligente. Numa das intervenções ouvidas com maior atenção em Florianópolis, o reitor da Universidade de Campinas, Paulo Renato Costa Souza, lembrou, falando do ensino superior, que as universidades brasileiras vêm-se especializando, tendendo a desenvolver certos aspectos em detrimento dos demais. Criam-se, também, instituições mais compactas, voltadas mais para a pesquisa, ou mais para o ensino.

Isto é feito apesar do detalhismo opressivo com que a Lei 5 540 (de 1968) define a estrutura das nossas universidades. O ano da lei é significativo: a vida universitária incomodava, e tinha de ser posta sob controle. Daí um “modelo único” que, na opinião do reitor de Campinas, “funciona como escudo protetor do corporativismo, na medida em que fornece respostas iguais para situações inteiramente diferentes, e estimula, no plano nacional, uma luta marcadamente sindicalista que desconhece as características específicas da vida universitária”.

A sociedade brasileira ainda não se interessou, realmente, por essa discussão. Ainda não fez da educação uma de suas prioridades. Não cobra do Estado um ensino eficiente, e sim que ele exerça poder de polícia sobre as escolas particulares. Colabora, assim, com a doença que está sufocando a educação brasileira, e cuja pior característica é o desinteresse que produz a inércia. É tempo de mudar de mentalidade.